



IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

A EDUCAÇÃO FÍSICA E O TEATRO INFANTIL NA PARAÍBA: CORPO E A MENTE PARA A PÁTRIA CÍVICA (1937-1945)

Evelyanne Nathaly Cavalcanti de Araújo Silva

evelyanne@hotmail.com

Antonio Carlos Ferreira Pinheiro

acfp@terra.com.br

(UFPB)

Resumo

Este trabalho foi elaborado a partir dos primeiros resultados do projeto de pesquisa intitulado: “Educação Estadonovista na Paraíba- escolarização para a profissionalização, o civismo e o nacionalismo (1940-1943)”, que se encontra em andamento e, parcialmente, financiado pelo – CNPq/UFPB. As fontes utilizadas foram, prioritariamente, as notícias publicadas no Jornal A União, periódico que se encontra no Arquivo Waldemar Bispo Duarte – FUNESC. Para realizarmos o intercruzamento da bibliografia consultada com as notícias, bem como a análise realizada, nos apropriamos do referencial teórico propugnado por E. P.Thompson e pelo Eric Hobsbawm. O primeiro teórico nos ajudou a compreender a escola como espaço privilegiado para o exercício de experiências socioculturais. E o segundo, no que concerne às possíveis mudanças e permanências, no sentido de observarmos como a política adotada pelo Estado Novo, contribuiu para o processo de disseminação do seu ideário a partir das aulas de educação cívica, educação física e do teatro infantil no Estado da Paraíba. A educação cívica e patriótica foi reforçada com a adoção da Hora Cívica que consistiu em ampliar a “consciência patriótica” e, portanto, um tipo específico de consciência histórica. Associada a essa perspectiva, também, foi implementado o Teatro Infantil da Paraíba. A educação física se apresentou como sendo de fundamental importância na proposta curricular para o ensino primário, no sentido de que essa atividade escolar proporcionaria um disciplinamento dos corpos, tornando-os, fortes, robustos e ágeis, preparando-os para defender a pátria. Assim sendo, foi criado um Curso de Formação de Monitores de Educação Física que veio a dar suporte técnico, isto é, melhor qualificar, principalmente, as professoras normalistas.

Palavras-chave: Educação Cívica. Educação Física. Teatro Infantil.

Introdução

Este trabalho foi elaborado a partir dos primeiros resultados do projeto de pesquisa intitulado: “Educação Estadonovista na Paraíba: escolarização para a profissionalização, o civismo e o nacionalismo (1940-1943)”, que se encontra em andamento e, parcialmente, financiado pelo – CNPq/UFPB. As fontes utilizadas foram, prioritariamente, as notícias publicadas no *Jornal A União*, periódico que se encontra no Arquivo Waldemar Bispo Duarte – FUNESC.

Para realizarmos o intercruzamento da bibliografia consultada com as notícias, bem como a análise realizada, nos apropriamos do referencial teórico propugnado por Thompson (1987) e pelo Hobsbawm (1998). O primeiro teórico nos ajudou a compreender a escola como espaço privilegiado para o exercício de *experiências* sócio-culturais. E o segundo, no que concerne às





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

possíveis *mudanças* e *permanências*, no sentido de observarmos como a política adotada pelo Estado Novo, contribuiu para o processo de disseminação do seu ideário a partir das aulas de educação cívica e do teatro infantil no Estado da Paraíba.

Assim, pensarmos em uma educação física, cívica e pátria no âmbito escolar no período ditatorial de Vargas, é algo que consideramos de fundamental importância para compreendermos alguns dos aspectos relativos à estrutura organizacional que o mesmo propunha para o desenvolvimento do país. Para tanto, as aulas educação física deveriam se efetivar, inicialmente, no ensino primário, em especial nos grupos escolares que se configuravam como sendo a instituição desse nível de ensino com maior representatividade sócio-cultural e simbólica do regime republicano brasileiro, uma vez que paulatinamente o antigo modelo de organização escolar caracterizado pelas escolas (cadeiras) isoladas foi sendo substituído por outras formas de escolarização, especialmente, pelos grupos escolares.

Compreendemos que a educação no período supracitado esteve, conforme salienta Horta (1994), a serviço do Estado Novo. O referido autor, ao analisar do discurso do Ministro Gustavo Capanema destaca que a educação para a pátria

[...] era vista por ele, em 1940, como desprovida de qualquer vinculação a uma ideologia precisa e, portanto, isenta de qualquer característica de luta ideológica. Tratava-se de dar aos alunos a compreensão e despertar neles o sentimento da pátria como um patrimônio a ser defendido e ampliado. (p.176)

Horta (1994, p.178), aponta ainda que Capanema estabeleceu uma distinção entre “sentimento patriótico” e “consciência patriótica”. O primeiro deveria ser desenvolvido no ensino primário, ou seja, se destinaria as crianças nos primeiros momentos de sua formação escolar. Já a “consciência patriótica” seria trabalhada no ensino secundário, visto que nesse nível de ensino é que se formaria a consciência da juventude brasileira, ou melhor, um tipo específico de *consciência histórica*.¹

Em relação à educação cívica, é apontado nos documentos oficiais que regiam a educação da época que ela não seria somente uma disciplina em si, mas nortearia todo o processo de ensino,

¹ Para aprofundar a discussão sobre *consciência histórica* consultar as obras de Jörn Rüsen. Há também uma publicação organizada por Schmitd, Barca e Martins (2010) que discutem sobre a obra de Jörn Rüsen em relação ao ensino de história. Há também um estudo muito interessante de Barroso (2001) que trata de como o ensino de história da educação pode contribuir para o processo de construção de uma *consciência histórica*.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

ou seja, estaria presente desde a sala de aula até as atividades que saíssem dos seus limites, tais como: as festas escolares², as gincanas, as competições esportivas escolares e os desfiles cívicos. Nesse sendo, fazendo parte desse conjunto de práticas educativas na Paraíba, o Departamento de Educação, no ano de 1942, por exemplo, implementou a *Hora Cívica*, a partir dos seguintes argumentos:

(Comunicado N° 1) – O Departamento de Educação do Estado, considerando a situação em que se acha o País, e considerando mais necessária a formação de uma consciência nacional no seio do professorado e da população escolar do Estado, a-fim-de se robustecerem os sentimentos patrióticos dos que trabalham na comunidade escolar, resolve criar a “HORA CÍVICA” em todos os estabelecimentos de ensino primário do Estado.

Da “HORA CÍVICA” constará obrigatoriamente, uma formatura em local apropriado, de todo pessoal, docente, discente e administrativo do estabelecimento de ensino, devendo der cantado, a seguir, o Hino Nacional. (A UNIÃO, 14.03.1942, p.5).

Essas atividades deveriam ocorrer cerca de quinze minutos antes do horário das aulas e, de quinze em quinze dias, eram realizadas prelações cívicas no pátio dos grupos escolares e nas demais escolas primárias.

Assim, conforme estabelecido pelo poder estadual, hasteava-se a bandeira nacional, cantava-se o hino nacional e depois o diretor ou algum professor/a realizava uma pequena palestra sobre um tema que tivesse relação com a exaltação da pátria ou ainda sobre questões higienistas e sanitaristas.

Todos esses rituais, marcados por simbologia patriótica faziam parte do projeto nacionalista que estava em voga em muitos países europeus, americanos de língua espanhola. No caso do Brasil, esse movimento nacionalista ficou bem demarcado a partir da ascensão do Estado Novo. Silva (1939), no seu livro *Filosofia do Estado Novo*, destinou algumas páginas à Pátria. Nessas, o referido autor, escreveu que

[...] o Estado Novo entende a Pátria [como] uma fôrça harmonica, homogênea, inteira, insubstituível e indomável. Harmonica, porque as lutas se excluíram do seu seio, ao qual só entrarão quando forem afrontados os seus altos interesses, que não se resumem na defesa personalista de assuntos e motivos de ordem secundária, mas principalmente quando alguém, de fóra, por um meio ou outro, tentar, de qualquer maneira, conta a sua existência, que deve ser considerada

² Para um maior detalhamento sobre festas escolares no período de 1937-1945 na Paraíba, consultar Silva (2011).





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

sagrada para todos os brasileiros. Homogenea, porque todos somos irmãos e temos os mesmo deveres e direitos, que o Estado Novo reconhece, com sua justiça peculiar e unica. Inteira, porque tentar contra uma parte dela, é tentar contra o todo, que não se divide, nem aceita divisões impostas, por forças externas à sua vida. Insubstituível porque em grandêsa e belêsa é a primeira de todo o Mundo e, finalmente, indomável, porque todos nós preferiríamos a morte, antes que vê-la vencida (SILVA, 1939, p.36-37).

A partir da apologia ao Estado Novo, bem como acerca de uma concepção de pátria, podemos compreender que haviam princípios filosóficos próprios, isto é, elaborados no sentido de dar sustentação aos ideais estadonovista. A educação escolar, especialmente a primária, foi posta como um importante “braço” do governo que trabalharia a favor da sua sustentação e manutenção. Para tanto, foram empreendidas varias ações políticas no sentido de destinar os livros didáticos que deveriam ser utilizados pelos professores. Nessa perspectiva é que foi criada a

Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) (...) que refletiu todo o autoritarismo e centralismo do regime político implantado em 1937.

Pode-se dizer que a criação, em dezembro de 1937, do **INL – Instituto Nacional do Livro** – marcou o início de medidas tomadas pelo governo federal para assegurar a divulgação e a distribuição de livros usados nas escolas e bibliotecas públicas. (BANDEIRA, 1996, p. 61, negrito da autora).

Paralelamente a essas ações, rapidamente acima apontadas, também foram publicados periódicos destinados a informar e orientar os professores para que trabalhassem determinados assuntos ou temas em sala de aula. Um desses periódicos foi a *Revista do Ensino*, que havia sido criada em 1932, mas que a partir da implantação do Estado Novo a mesma passou a publicar matérias, as quais disponibilizavam aos professores um conjunto de ideais e procedimentos de ensino, assentados na perspectiva de uma educação pátria. Acompanhemos um pequeno trecho:

[...] fazer, ‘diariamente, prelações, em suas classes, sobre assuntos pátrios, de respeito às leis do país e as suas autoridades, e de combate sistemático a tudo o quanto possa atentar contra o regime e seus dirigentes.’ Para que esse objetivo fosse satisfatoriamente alcançado, deveriam os mestres fazer leitura, ‘devidamente comentada, da biografia dos grandes vultos da patria em todos os seus ramos das atividades, bem como a narrativa dos feitos heroicos da nacionalidade.’ (...) (REVISTA DO ENSINO, 1938, p.12-13, *apud* PINHEIRO, 2002, p. 205).

Associado a toda essa política de cercamento sobre o que e de como os professores deveriam ensinar, ocorreu um evento, considerado na época muito importante para o





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

desenvolvimento das crianças no ensino primário. Trata-se da implementação do Teatro Infantil da Paraíba. Essa atividade lúdica e artística foi apontada como sendo de fundamental importância para a ampliação tanto do ensino cívico e pátrio que deveria ocorrer para além da sala de aula, quanto do desenvolvimento corporal, especialmente, no que tangia a capacidade de “atenção das crianças”.

No que concerne mais especificamente ao disciplinamento do corpo (desenvolvimento corporal) foi concomitantemente a criação do teatro infantil, organizado um Curso de Emergência para a formação de Monitores de Educação Física.

O Curso de Emergência para a formação de Monitores de Educação Física na Paraíba

O Decreto de nº 961, de 11 de fevereiro de 1938, que estabeleceu normas gerais para a organização escolar do Estado da Paraíba, deu também outras providências, entre elas a oficialização da educação física, ficando instituída a sua obrigatoriedade em todas as escolas primárias e secundárias do Estado³. Mediante este decreto, a educação física que era ministrada nas escolas deveria ser orientada por um superintendente e o mesmo deveria ter auxiliares e monitores para auxiliar no trabalho cotidianamente. Assim sendo, fez-se necessário implementar no estado da Paraíba, um Curso de Emergência de formação de Monitores de Educação Física. Vejamos abaixo o Decreto-lei na íntegra, publicado no *Jornal A União*, em 15 de julho de 1942:

DECRETO-LEI Nº 291, de 14 de julho de 1942

Cria o Curso de Emergência para a formação de Monitores de Educação Física e dá outras providências.

O INTERVENTOR FEDERAL INTERINO, na conformidade do disposto no art. 6º, nº IV, do decreto-lei nº 1.202, de 8 de abril de 1939,

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado, no Departamento de Educação, 2) Ensino Primário e Secundário, Escola de Professores, da Secretaria do Interior e Segurança Pública, um curso de emergência para a formação de monitores de educação física.

Art. 2º - Para fazer face a despesas com gratificações por aula relativa ao curso mencionado no artigo anterior, é aberto a Secretaria do Interior e Segurança Pública, IV – Departamento de Educação. 2) Ensino Primário e Secundário – Escola de Professores, 4,07.25 – Gratificação por aula, o credito

³ Para ver o decreto na íntegra, consultar *Jornal A União*, 12.02.1938, p.4.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

suplementar da importância de oito contos de réis (8:000\$000), considerando-se como recurso disponível para êste efeito a redução de dotação orçamentária a que se refere o decreto-lei nº 290, de 14 de julho de 1942.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

João Pessôa, 14 de julho de 1942; 54º da Proclamação da República, -

Samuel Duarte, J. Janduhy Carneiro, Miguel Falcão de Alves.

A criação de um Curso de Emergência para Monitores de Educação Física, na Paraíba, foi um ato que socialmente teve uma repercussão ampla e considerável, tanto é que posteriormente ocorreu oficialização do curso. Nesse sentido, o *Jornal A União* publicou um comunicado do Departamento de Educação que tratou de explicitar a importância desse ato em prol de uma Paraíba pátrio-cívica. Para tanto, foi ressaltada que se tratava uma necessidade educacional e social, haja visto, que não era possível a criação de uma escola de formação de professores de educação física, e que o curso de emergência de monitores de educação física, era intensivo e vinha a suprir as necessidades mais imediatas.

O Departamento de Educação ficou responsável por estruturar e organizar o Curso de Emergência de Monitores de Educação Física, definido os seus os objetivos, conforme transcrevemos a seguir:

- 1) Aparelhar o indivíduo com certo grupo de conhecimentos ou técnicas indispensáveis á vida.
- 2) dota-los de hábitos sadios de higiene, de economia, etc; de hábitos sociais, de trabalho em cooperação; de hábitos mentais de energia, de persistência, etc; de hábitos intelectuais de leitura e de estudo; de hábitos morais de retidão de proceder;
- 3) comunicar-lhe o desejo de progredir e dar-lhe meios de se aperfeiçoar moral e intelectualmente, tornando mais eficiente seu trabalho;
- 4) habilita-lo a participar, de modo cada vez mais consciente e proveitoso, do govêrno da comunidade local, do Estado e do país. (A UNIÃO, 16.07.1942, p.5)

Desta forma, o Curso de Emergência de Monitores de Educação Física atendeu tanto aos padrões organizacionais do ensino primário, quanto às preocupações moralizadoras, cívicas e patrióticas preconizadas pelo Estado Novo.

Algo interessante de se observar, é que as mulheres foram cogitadas para ministrá-lo. As candidatas poderiam se inscrever para realizar o exame de admissão no curso, porém tinham que atender alguns requisitos, tais como:





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

- a) tenha concluído o curso normal ou ginasial;
 - b) tenha mais de dezessete e menos de 28 anos de idade;
 - c) tenha robustez, sanidade física e mental, comprovadas mediante inspeção médica .
- (A UNIÃO, 19.07.1942, p. 7).

Também, poderiam se inscrever, os professores da categoria “concurados”. Porém, era muito mais interessante que o curso fosse formado por mulheres, visto que mediante a aprovação no exame de admissão, estava assegurada a preferência nas professoras para trabalharem nos cursos primários do Estado. Tanto é que em algumas notícias publicadas no *Jornal A União*, no ano de 1942, chegou a ser anunciado da seguinte forma: “Curso de Monitoras de Educação Física”, portanto, limitando-o, ou ao menos, estimulando a participação de mulheres.

O Curso de Emergência de Monitores de Educação Física, foi instalado na Academia de Comércio Epitácio Pessoa, em agosto de 1942, e era constituído por várias matérias distribuídas nas seguintes sete cadeiras:

- 1ª cadeira: Anatomia, Fisiologia e Ginesiologia;
- 2ª cadeira: Biometria e Estatística;
- 3ª cadeira: Higiêne, Noções de Fisioterapia e Socôrros de Urgência;
- 4ª cadeira: Pedagogia e História da Educação Física;
- 5ª cadeira: Educação Física Geral;
- 6ª cadeira: Saltos, Corridas, Arremesso, Remo e Natação;
- 7ª cadeira: Basquete, Volei e Futebol⁴.

A partir da distribuição das cadeiras, podemos perceber que o Curso foi estruturado em pelo menos três grandes blocos: o primeiro (1ª a 3ª cadeiras) destinou-se aos aspectos mais biológicos e higiênicos, incluindo aí os primeiros socorros, caso algum aluno sofresse algum tipo de lesão ou machucado durante o desenvolvimento das atividades físicas e/ou esportivas. Um segundo bloco (4ª e 5ª cadeiras) destinado aos aspectos mais pedagógicos, com destaque para a história da educação física. E finalmente, um terceiro bloco (6ª e 7ª cadeiras), destinadas às atividades físicas e esportivas propriamente ditas.

O Curso de Formação de Monitores de Educação Física passou por um tempo a se constituir um dos principais focos da própria política educacional paraibana. E isso se deve ao fato de que o

⁴ Ver notícia sobre o Curso de Monitores de Educação Física, na íntegra, consultando o *Jornal A União*, 12.08.1942, p. 5.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

mesmo buscou aperfeiçoar e qualificar os/as professores/as, que passariam a receber uma formação específica, para trabalharem com as crianças que se encontravam nas escolas.



Imagem 1 – Parte das provas práticas de Admissão ao Curso de Formação de Monitores de Educação Física. Observar que apenas moças estão realizando as atividades. Ao fundo encontra-se o prédio que foi construído para funcionar o Instituto de Educação (inaugurado em 1939), que posteriormente cedeu lugar para o Liceu Paraibano, onde funciona até os dias atuais.

Fonte: *Jornal A União*, 05.08.1942, p.05.



Imagem 2 – Dois aspectos da solenidade da instalação do Curso de Formação de Monitores de Educação Física, quando o Sr. Calheiros Bonfim pronunciava sua palestra, vendo-se ainda uma parte da assistência.

Fonte: *Jornal A União*, 13.08.1942, p.6.

Já no mês de março do ano seguinte, isto é, em 1943, foram iniciadas as aulas de educação física no Grupo Escolar Félix Daltro e em abril tiveram início às aulas no Grupo Escolar João Soares,





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

na cidade de Caiçara, bem como em outros grupos escolares e instituições de ensino primário no Estado da Paraíba.

O Teatro Infantil da Paraíba: a arte complementa a educação

Em setembro do ano de 1942, a partir de uma proposta elaborada pelo jornalista e teatrólogo Silvino Lopes foi efetivada a ideia de criação de um Teatro Infantil da Paraíba.⁵ Para tanto, a imprensa local, especialmente o *Jornal A União* passou sistematicamente a divulgar como uma prática artístico-pedagógica de extrema importância para o novo regime político.

A ideia de que não havia uma separação entre educação e instrução estava implícita nesse tipo de atividade destinada às crianças. Na verdade estava em curso a perspectiva de que a escola deveria instruir educando. Eis então a importância da implementação do Teatro Infantil na Paraíba, a arte cênica, portanto, passou a ser um meio complementar de ensino-aprendizagem. Não se tratava de um teatro que servisse para a comédia comercial, mas sim para criar na criança uma compreensão melhor de seus próprios destinos vinculados ao desenvolvimento do país e consolidação da nação brasileira.

O Teatro Infantil fazia parte da proposta da “moderna orientação do ensino”, que defendia que outras formas de ensinar também eram consideradas válidas e significativas. Nesse sentido, a educação artística juntamente com a educação cívica, pátria e o movimento corporal, proporcionado, especialmente, pela educação física seriam todos práticas pedagógicas que deveriam ser incorporadas aos processos de escolarização. O teatro, então, estaria a serviço da educação, entretanto, marcada pelo caráter cívico e em benefício material e didático-pedagógico dos grupos escolares.

Esse tipo de experiência educativa, também já havia sido desenvolvida em outras unidades da federação brasileira, marcada quase sempre como exemplar e vitoriosa.

Na Paraíba, as primeiras discussões para a sua implementação, ocorreram no Grupo Escolar Epitácio Pessoa, localizado na cidade de João Pessoa. O objetivo pedagógico era ensinar às

⁵ Nesse mesmo período também ocorreu a fundação, na Paraíba, da Escola Dramática Darcy Vargas, que recebeu apoio do Interventor Federal Ruy Carneiro e do Secretário do Interior Samuel Duarte.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

crianças a melhor falar, movimentar-se e perceber de forma mais clara as coisas que estavam ao seu redor.

Ficou definido que a peça intitulada: *Terra, Céu e Mar* seria encenada, no final de novembro ou início de dezembro de 1942. Para tanto, foram selecionadas cerca de 40 crianças, oriundas dos diversos grupos escolares paraibanos.

Os ensaios de “marcação” ocorreram no Grupo Escolar Epitácio Pessoa e na Escola de Aplicação. E, o primeiro ensaio da referida peça se deu no dia 17 de outubro de 1942, no Grupo Escolar supra-citado. A sua estréia ficou finalmente agendada para o dia 10 dezembro do mesmo ano, no Cine Plaza, às 19 horas. Os ingressos custavam Cr\$ 3,00 e poderiam ser comprados no Grupo Escolar Epitácio Pessoa, com o professor Francisco Sales.

A ideia era de que o dinheiro, inicialmente, obtido pela venda dos ingressos seria destinado para a compra de uma lancha-torpedeira da Marinha Nacional e, posteriormente, revertida para os grupos escolares visando o melhoramento de seus auditórios.

A criação do Teatro Infantil da Paraíba, teve grande repercussão, ao ponto do Departamento de Educação da Paraíba ter recebido elogios do presidente Getúlio Vargas.⁶

Entretanto, mesmo antes da apresentação teatral, propriamente dita, o Teatro Infantil da Paraíba fez a sua primeira apresentação nos estúdios da Rádio Tabajara⁷, que se constituía em um dos meios de comunicação mais utilizados pela população em geral. Tal iniciativa, também recebeu apoio de Silvino Lopes. Nessa apresentação, foram irradiados os esquetes *A boneca roubada*, *O médico surdo* e *A Sêca*. Uma professora atuou como locutora descrevendo, inclusive, os cenários.

A peça *Terra, Céu e Mar*, era composta de 2 atos e 5 tempos, tendo “cenas de vivo patriotismo”, conforme foi explicitado pelo *Jornal A União*.⁸ A ideia inicial, e que se projetou durante a realização dos ensaios foi a de desenvolver uma campanha em prol da inteligência das

⁶ Para ver notícia completa sobre o Teatro Infantil da Paraíba – o presidente Getúlio Vargas louva a iniciativa do Departamento de Educação deste Estado, consultar *Jornal A União*, 03.10.1942, p.06.

⁷ Inaugurada em 25 de janeiro de 1937 com a denominação oficial PRI-4 Rádio Tabajara da Paraíba. Para maiores informações sobre a sua história, consultar Luna (1999).

⁸ Ver notícia do dia 23 de outubro de 1942.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

crianças por meio da arte teatral, incluindo-se tanto o roteiro, quanto na própria postura das crianças que teriam que elevar a Pátria e o civismo.

Em novembro de 1942, o senhor Abelardo Jurema tomou posse para administrar o Departamento de Educação e comprometeu-se em dar prosseguimento ao que vinha sendo realizado na educação paraibana.



Imagem 3 - Alunos de diversos grupos escolares que participaram da irradiação na Rádio Tabajara.
Fonte: Jornal A União, 29.09.1942, p. 4.

Em 21 de novembro de 1942, o *Jornal A União* divulgou os nomes de todas as crianças⁹ que participariam da peça *Terra, Céu e Mar* e fez anúncios, conforme podemos observar na propaganda abaixo:

⁹ Para ver a notícia completa contendo todos os nomes das crianças que participaram da peça *Terra, Céu e Mar*, consultar *Jornal A União*, 21.11.1942, p. 06.





Figura 1 - Propaganda do Teatro Infantil da Paraíba.
Fonte: Jornal A União, 14.11.1942, p.04.

Os ensaios da peça eram sempre precedidos de uma aula, ministrada regularmente pela professora Adamantina Neves, que apresentava a função educativa do teatro. Nessas aulas também ocorriam preleções sobre a história do Brasil, o ensino cívico e pátrio. A peça foi constituída pelo elenco apresentado no quadro a seguir:





QUADRO I

Nomes dos personagens e das crianças do Teatro Infantil da Paraíba por ordem de entrada em cena

PERSONAGENS	NOME (S) DA (S) CRIANÇA (S)
Joaninha	Aldina Lopes
Capitão	Alúcio Catão
Gravoche	Genilvado Catão
Uma senhora	Valdeci Carvalho
Cigana	Eleonora Abial
Aviador	Marisa Néto
Soldados	David Rosental, Carlos Alberto Cavalcanti, Demerval Trigueiro, Aluisio Pires, José Ruiter, Olgarine Ribeiro, Espedito Carvalho e Isolda Cabral.
Marinheiros	Rináura Macêdo, Zilda Pires, Ranulce Rezende, Sônia Acióli, Maria Adelaide, Luzia Carvalho, Nilse Albuquerque e Sarita Rosental Prima.
Samba	Maria da Penha
Samaritanas	Graziéla pompilio, Maria Eugênia, Cenira Oliveira, Bernadete Silva, Avanda Henriques, Rosalva Miranda, Jandira Lacerda e Herundina Marinho.
Graças	Marluce Alcântara, Leda Lopes e Sarita Rôsentel.
Matutos	Maria Idelzuite e Maria Ivanovitch.

Fonte: *Jornal A União*, 10.12.1942, p.05.

Posterior a sua estréia foram publicadas manchetes elogiosas tais como: *Vitorioso Teatro Infantil na Paraíba* (A UNIÃO, 11.12.1942, p.05-06).





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

No que concerne ao roteiro da peça, e aos seus personagens, conforme já mencionado anteriormente, era permeado pela da exaltação da pátria. O personagem da *senhorinha*, por exemplo, mesmo vendo a pátria agitada, pensava em ser soldado, ou seja, pensava em lutar pela pátria. *Gravoche*, outro personagem era um vagabundo que amava a pátria como ninguém. A guerra, os fugitivos, os heróis, todos somente seriam redimidos pela ajuda que viria do céu, representada pela freira *Joaninha*.

A canção patriótica *Pátria Minha*, finalizava a peça.

Bastante aplaudidos, toda a equipe que esteve à frente da implementação e organização do Teatro Infantil da Paraíba foi toda homenageada, entre eles foram destacados: Samuel Duarte, os professores Adamantina Neves, Francisco Sales, Mário da Gama e Mélo e Augusto Simões, bem como o seu idealizado Silvino Lopes. Também houve um amplo agradecimento ao Interventor Ruy Carneiro.



Imagem: 5 - Uma cena da peça *Terra, Céu e Mar*. Podemos observar personagens representando a marinha, o exercito e a Igreja Católica.

Fonte: *Jornal A União*, 11.12.1942, p.05.

Mediante ao que foi exposto, podemos concluir que a educação física, se apresentou como sendo de fundamental importância na proposta curricular elaborada durante o Estado Novo. Nesse sentido, podemos apontar que o nacionalismo propiciou o processo de consolidação do ensino de educação física no ambiente escolar, tornando-se atividade obrigatória.

Inspirado na superioridade étnica, amplamente difundida pelo nazifacismo, o Estado Novo adaptou à realidade sociocultural brasileira alguns aspectos daquele movimento em plena





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

consecução na Europa. Entre eles o culto ao corpo saudável, forte e ágil. Assim sendo, a implementação de um Curso de Formação de Monitores de Educação Física veio a dar suporte técnico, isto é, melhor qualificar aqueles que deveriam atuar nas escolas. Associado a ele esteve à educação cívica e pátria, que foi sendo implementada a partir de diversas práticas pedagógicas, tais como: a Hora Cívica e o Teatro Infantil da Paraíba.

Referências

BANDEIRA, Maria da Graças Almeida. **O livro didático e sua herança estadonovista: 1945-1964**. João Pessoa, PB UFPB/ME, 1996 (Dissertação de Mestrado).

BARROSO FILHO, Geraldo. Ensino de história da educação e consciência histórica: notas de pesquisa. In: **Anais eletrônicos do V Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História**. João Pessoa, PB: Universitária – UFPB, 2001. v. 1. p. 16-16.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre história: ensaios**. Tradução de Cid kniple Moreira, São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1998.

HORTA, José Silvério Baia. **O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

LUNA, Maria de Lourdes. **Rádio Tabajara: um registro histórico**. 2ª ed. revisada, João Pessoa, PB: Subsecretaria de Cultura - DPG-SEC, 1999.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: Universidade. São Francisco, 2002. (Coleção educação contemporânea).

SILVA, Alvimar. **A Filosofia do Estado Novo**. Rio de Janeiro, RJ: 1939.

SILVA, Vânia Cristina da. **Ó Pátria Amada, Idolatrada, Salve!Salve! - Festas escolares e comemorações cívicas na Paraíba (1937-1945)**. João Pessoa, PB: UFPB/PPGH, 2011. (Dissertação de mestrado).

SCHMITD, Maria Auxiliadora, BARCA, Isabel e MARTINS, Estevão de Resende. **Jörn Rüsen e o ensino de história**. Curitiba, PB: Ed. UFPR, 2010. (Série pesquisa, nº 168).

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade**. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1987. (Coleção oficinas da história, vol.1).

Fontes

PARAÍBA, Estado da. *Jornal A União*, João Pessoa de 12.02.1938.

_____, *Jornal A União*, João Pessoa de 14.03.1942.

_____, *Jornal A União*, João Pessoa de 17.03.1942.

_____, *Jornal A União*, João Pessoa de 10.07.1942.

_____, *Jornal A União*, João Pessoa de 15.07.1942.

_____, *Jornal A União*, João Pessoa de 16.07.1942.

_____, *Jornal A União*, João Pessoa de 19.07.1942.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”
Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

- _____, *Jornal A União*, João Pessoa de 28.07.1942.
_____, *Jornal A União*, João Pessoa de 01.08.1942.
_____, *Jornal A União*, João Pessoa de 05.08.1942.
_____, *Jornal A União*, João Pessoa de 12.08.1942.
_____, *Jornal A União*, João Pessoa de 13.08.1942.
_____, *Jornal A União*, João Pessoa de 29.09.1942.
_____, *Jornal A União*, João Pessoa de 03.10.1942.
_____, *Jornal A União*, João Pessoa de 23.10.1942.
_____, *Jornal A União*, João Pessoa de 04.11.1942.
_____, *Jornal A União*, João Pessoa de 14.11.1942.
_____, *Jornal A União*, João Pessoa de 21.11.1942.
_____, *Jornal A União*, João Pessoa de 05.12.1942.
_____, *Jornal A União*, João Pessoa de 08.12.1942.
_____, *Jornal A União*, João Pessoa de 10.12.1942.
_____, *Jornal A União*, João Pessoa de 11.12.1942.

